



ANO 19 Nº 11  
Novembro de 2010

# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento e Gestão  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

## Comércio bilateral Brasil-China

Assim como ocorreu em relação a outros países e regiões, a participação da China no comércio exterior brasileiro adquiriu, nos anos recentes, uma importância cada vez maior. A corrente de comércio bilateral (exportações mais importações) multiplicou-se por 16 entre 2000 e 2009, refletindo o dinamismo das trocas, enquanto o total do comércio do Brasil com o mundo cresceu apenas duas vezes e meia no mesmo período. De janeiro a setembro de 2010, enquanto as exportações e as importações totais brasileiras registraram crescimento de 29,6% e 45,8%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior, as exportações brasileiras para a China aumentaram 34,3%, e as importações, 65,2%.

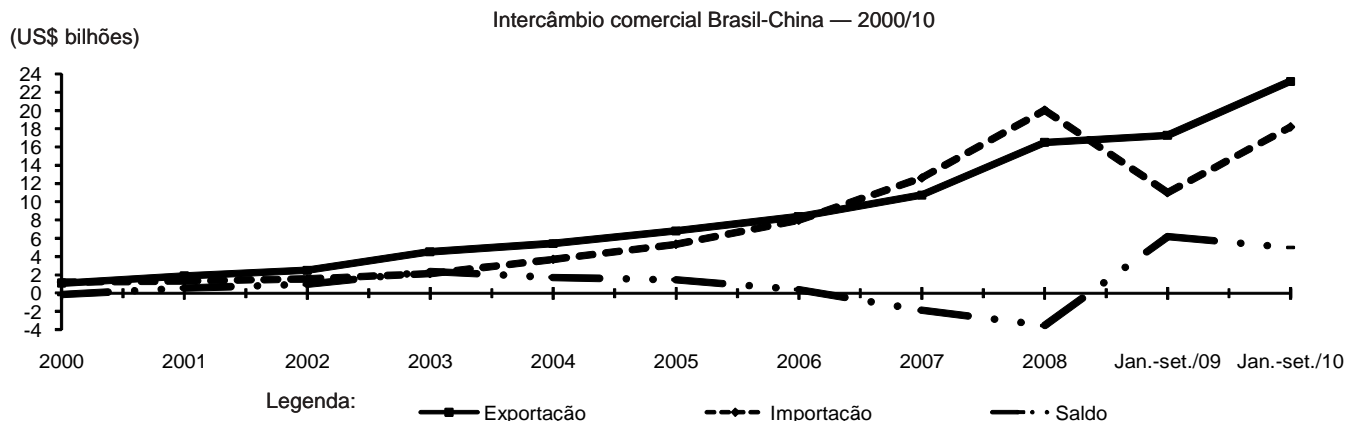
A intensificação do comércio bilateral Brasil-China elevou a participação deste país como fornecedor e como comprador, tornando-a comparável à de outros parceiros comerciais tradicionais do Brasil. Em decorrência desse elevado dinamismo, de janeiro a setembro de 2010, a China foi não só o principal destino das exportações brasileiras — participando com 16,0% do total exportado —, mas também a principal origem das importações, respondendo por 13,8% do total importado.

A natureza do fluxo comercial Brasil-China é quase exclusivamente interindustrial, isto é, consiste na troca de matérias-primas brasileiras por bens manufaturados chineses. Nos nove primeiros meses de 2010, 83,7% das exportações do País para a China foram de produtos básicos, 12,1% de semimanufaturados e apenas 4,2% de manufaturados. Além disso, a pauta continuou excessivamente concentrada em poucos produtos, sendo que soja em grão, minério de ferro e óleos brutos de petróleo responderam por mais de 78% das exportações. Em igual período, as importações dessa origem mostraram-se muito diversificadas e constituídas, essencialmente, por bens manufaturados, tais como máquinas, equipa-

mentos e produtos eletroeletrônicos, bem como peças e componentes para a área de telecomunicações.

No que diz respeito ao comércio exterior do Rio Grande do Sul com a China, esse país também constitui o principal mercado de destino das exportações do Estado, participando com 16,8% do total das exportações gaúchas entre janeiro e setembro de 2010. Do total exportado pelo RS para esse país, a soja em grão responde por 73,0%, o óleo de soja, por 9,7%, e o fumo em folha, por 5,1%, ou seja, assim como ocorre com as exportações brasileiras para a China, o RS também caracteriza-se pela venda de produtos intensivos em recursos naturais e de baixo valor agregado.

O Brasil está aproveitando a elevada demanda chinesa por alimentos, energia, metais e minerais e os bons preços internacionais dessas *commodities*, o que tem favorecido a melhora dos termos de troca do País. Entretanto o comércio interindustrial não permite explorar integralmente o potencial do relacionamento comercial e de investimentos recíprocos. A característica interindustrial do intercâmbio dificulta uma maior densidade do comércio, restringe as oportunidades para investimentos conjuntos e limita uma inserção mais eficaz do Brasil nas cadeias produtivas da Ásia-Pacífico intensivas no comércio intraindustrial. Além disso, as diferenças na especialização produtiva e comercial restringem o aumento dos investimentos diretos bilaterais e o estabelecimento de alianças produtivas, tecnológicas e comerciais. Mas, apesar de todas essas diferenças, convém ao Brasil esforçar-se para estabelecer uma parceria estratégica com a China, visando integrar as cadeias produtivas e de comercialização da região Ásia-Pacífico, onde há uma integração produtiva em gestação, tendo a China como centro dinâmico.



FONTE: Secex-MDIC.

Beky Macadar (FEE/CEES)

## Pronaf abrange a maioria dos estabelecimentos agrícolas do País

Conforme os critérios de exigibilidade para o enquadramento dos agricultores familiares no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e os microdados do último **Censo Agropecuário**, é possível identificar-se que a maior parte dos estabelecimentos no Brasil (67,7%) é considerada enquadrável no Pronaf, podendo desfrutar, dentre outros benefícios, de taxas de juro menores. Nesse contingente de 3,3 milhões de estabelecimentos, o grupo de agricultores do Pronaf B (com renda bruta anual até R\$ 6.000) é o mais numeroso, com 73,1%, seguido do Pronaf AF (com renda de R\$ 6.000 até R\$ 100.000), com 15,3%, e, por último, do grupo A, o dos assentados, com 11,6%.

Para a Região Sul, cerca de 705.000 estabelecimentos são enquadráveis (aproximadamente, 25% dos estabelecimentos enquadráveis do País) e perfazem 71,5% do total na Região. Distribuídos pelos três grupos do Pronaf, salientam-se o B, com 56,4% dos estabelecimentos, e, em contraposição, o grupo A, com apenas 5,8% da soma dos estabelecimentos enquadráveis na Região. Fica evidente, dessa forma, a importância do Pronaf para a alavancagem das unidades produtivas familiares.

Número e participação percentual dos estabelecimentos agropecuários enquadráveis, por grupos, no Pronaf, no Brasil e na Região Sul — 2010

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL		REGIÃO SUL	
	Número	Participação %	Número	Participação %
Pronaf A .....	384 619	11,6	41 042	5,8
Pronaf B .....	2 435 080	73,1	397 670	56,4
Pronaf AF .....	510 968	15,3	266 467	37,8
<b>TOTAL</b> .....	<b>3 330 667</b>	<b>100,0</b>	<b>705 179</b>	<b>100,0</b>
Estabelecimentos enquadráveis/estabelecimentos censitados com declaração de área .....	-	67,7	-	71,5

FONTE: CEA/IBRE/FGV/IBGE.

Microdados do **Censo Agropecuário de 2006**.

NOTA: Para o Brasil, cerca de 4,9% dos estabelecimentos censitados não informaram a área, e, para a Região Sul, 2%.

**Elvin Maria Fauth (FEE/CEES)**

## Causas de morte no Rio Grande do Sul, segundo faixa etária e sexo, em 2008

As principais causas de morte no Rio Grande do Sul, conforme dados do Datasus para 2008, distribuem-se desigualmente nos grupos etários. Entre os menores de um ano, as principais causas (58,4% dos casos) são afecções do período perinatal. Nas faixas de um a quatro anos até 20 a 49 anos, as principais são causas externas de morbidade e mortalidade. O peso dessas causas é maior nas faixas de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, quando enquadram, respectivamente, 46,7% e 72,4% dos óbitos. Na faixa de 50 a 64 anos, as principais causas são as neoplasias (tumores), responsáveis por 30,4% dos óbitos. Na faixa dos 65 anos e mais, as principais causas são as doenças do aparelho circulatório, responsáveis por 38,3% das mortes.

As causas de óbito atingem desigualmente os sexos. A partir da faixa de um a quatro anos, a participação masculina no principal grupo de causas, as externas, tende a aumentar, sendo de 65,7% na faixa de um a quatro anos, de 60,3% na de cinco a nove anos, de 73,2% na de 10 a 14 anos e de 87,8% nas faixas de 15 a 19 anos e de 20 a 49 anos. Na faixa de 50 a 64 anos, a participação masculina na composição do principal grupo de causas continua superior à feminina (58,9% das mortes por neoplasia). Somente na última faixa etária, a participação feminina na composição das principais causas de morte, as doenças do aparelho circulatório, é maior (55,1% dos casos).

Distribuição percentual de causas de óbito, segundo faixas etárias, no Rio Grande do Sul — 2008

DISCRIMINAÇÃO	MENORES DE UM ANO	DE 1 A 4 ANOS	DE 5 A 9 ANOS	DE 10 A 14 ANOS	DE 15 A 19 ANOS	DE 20 A 49 ANOS	DE 50 A 64 ANOS	65 E MAIS	TOTAL
Neoplasias (tumores) .....	0,3	8,6	20,8	14,0	7,5	15,5	30,4	21,2	21,5
Doenças do aparelho circulatório .....	0,7	2,9	3,3	4,4	2,2	13,0	28,2	38,3	30,6
Algumas afecções originadas no período perinatal .....	58,4	1,8	2,4	1,8	0,4	0,0	0,0	0,0	1,4
Causas externas de morbidade e mortalidade .....	4,1	24,0	29,7	46,7	72,4	35,7	7,2	2,6	9,8
Demais causas definidas .....	36,5	62,7	43,9	33,1	17,6	35,7	34,3	37,9	36,7
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Datasus.

**Gabriele dos Anjos (FEE/CEES)**

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-set./10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	141,0	21,8	143 642
Set./08	6,6	-	7,7	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,5	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,2	0,8	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,4	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	73,1	14,8	113,7	-23,3	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	72,7	15,9	114,4	0,6	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	71,7	12,9	111,1	-2,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	69,2	9,7	110,1	-0,9	132 422
Mai./09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,9	7,7	114,7	4,2	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	64,1	7,2	112,2	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	64,2	8,6	113,3	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	62,0	5,8	110,4	-2,6	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	61,3	-3,3	110,2	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	59,2	-16,1	111,1	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	59,5	-15,1	122,6	10,4	148 649
Dez./09	-0,2	-	6,8	4,3	8,75	60,3	-19,0	145,0	18,2	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	61,1	-16,4	117,3	-19,1	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	61,6	-15,3	116,2	-0,9	161 879
Mar./10	2,4	-	7,6	5,2	8,75	59,6	-16,9	114,7	-1,3	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	58,7	-15,2	112,6	-1,8	160 329
Mai./10	-	-	7,5	5,2	9,50	58,0	-12,0	114,3	1,5	159 897
Jun./10	5,1	-	7,0	4,8	10,25	57,0	-11,1	116,0	1,5	162 051
Jul./10	-	-	6,9	4,6	10,75	56,9	-11,4	119,7	3,2	166 374
Ago./10	-	-	6,7	4,5	10,75	56,4	-9,0	114,4	-4,4	168 625
Set./10	-	-	6,2	4,7	10,75	-	-	-	-	172 969

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Set./08	-4,55	37,8	136,18	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,57	2,36	-0,79	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	6,0	0,5	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,11	4,8	-9,5	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,4	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,6	76,7	19,3	37,4	-1,69	2,64	-0,95	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,64	2,77	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,32	2,76	-1,44	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,7	-1,41	2,88	-1,47	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,7	-1,28	2,83	-1,55	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,25	2,71	-1,46	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,22	2,51	-1,29	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,88	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,2	-1,18	2,16	-0,98	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,28	1,97	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,41	1,89	-0,49	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,2	-1,54	1,65	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,31	41,6	113,78	-5,0	-2,3	82,1	-20,5	-24,7	-1,55	1,51	0,04	240 484	279 083
Fev./10	-2,20	42,1	112,22	-2,6	-1,0	83,1	-17,8	-20,4	-1,65	1,51	0,14	241 082	281 728
Mar./10	-1,92	42,0	133,44	-0,3	14,5	83,5	-15,4	-16,6	-1,78	1,49	0,29	243 762	293 005
Abr./10	-2,14	41,8	124,86	2,3	-6,7	84,5	-13,1	-11,5	-1,97	1,37	0,60	247 292	290 690
Mai/10	-2,12	41,4	131,04	4,5	3,0	84,6	-6,5	-5,0	-1,93	1,39	0,54	249 846	299 291
Jun./10	-2,08	41,1	128,28	6,5	-1,9	85,1	-2,8	2,1	-2,12	1,32	0,80	253 114	309 510
Jul./10	-2,02	41,4	133,78	8,3	3,7	85,0	2,8	9,8	-2,24	1,37	0,87	257 299	316 688
Ago./10	-2,01	41,4	136,68	9,8	0,9	85,4	9,8	19,5	-2,32	1,38	0,94	261 320	318 613
Set./10	-	-	-	-	-	85,9	17,1	27,7	-2,40	1,57	0,83	275 206	329 985

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) RS/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

# Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 11

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — maio/08-set./10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Maio/08	-	114,61	96,71	104,40	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,70	107,02	104,84	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,13	105,95	105,01	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	3,9	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Maio/09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,29	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,9	-
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-
Dez./09	-0,8	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	-
Jan./10	-	97,73	119,76	119,76	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	-
Fev./10	-	93,33	110,88	115,25	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	-
Mar./10	-	118,41	116,20	115,61	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	-
Abr./10	-	113,56	108,67	113,66	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	-
Maio/10	-	111,69	106,05	111,98	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	-
Jun./10	-	112,72	107,65	111,20	681,1	333,8	158,7	1 343,4	104,29	-
Jul./10	-	119,60	108,71	110,81	713,3	350,0	157,4	1 388,5	104,78	-
Ago./10	-	114,13	105,38	110,07	759,8	366,9	172,6	1 515,7	104,96	-
Set./10	-	-	-	-	753,9	358,8	163,4	1 457,5	105,19	-

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — maio/08-set./10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Maio/08	2 296	9,2	12,2	1 222	1 242	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 246	1 261	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 249	1 268	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 259	1 265	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 264	1 268	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 265	1 264	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 257	1 264	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 239	1 235	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 250	1 233	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 272	1 257	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 281	1 280	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 263	1 277	518 975	1 878 610	1 057 077
Maio/09	-4 076	10,1	12,6	1 242	1 254	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 267	1 256	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 281	1 274	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 290	1 268	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 276	1 273	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 304	1 292	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 278	1 273	531 690	1 751 336	932 124
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 292	1 296	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 264	1 260	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 298	1 282	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 307	1 278	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 303	1 277	-	-	1 352 478
Maio/10	9 511	7,7	9,6	1 291	1 275	-	-	1 570 958
Jun./10	7 865	7,5	9,5	1 302	1 279	-	-	1 490 528
Jul./10	9 669	7,1	8,9	1 325	1 303	-	-	1 574 764
Ago./10	15 675	7,0	8,5	1 345	1 331	-	-	1 374 519
Set./10	11 139	-	-	-	-	-	-	1 438 940

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de ago./10. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## O Mac Câmbio e o real

São tantas as determinações da taxa de câmbio que é difícil não se perder nas particularidades e nas complexidades iminentes: (a) às transações comerciais internacionais, reguladas por vantagens **relativas** (em **oposição** às absolutas, que regulam as trocas internas); (b) aos movimentos de globalização produtiva e à disputa entre os blocos transnacionais e nacionais de capital; e (c) aos movimentos especulativos do capital financeiro em busca do maior ganho líquido (juro mais apreciação cambial) de curto prazo. Nesse emaranhado, poucos economistas aventuram-se a identificar “a” taxa de câmbio de equilíbrio.

Como os homens práticos precisam de referências, a **The Economist** criou uma medida simples de alinhamento cambial: o Mac Câmbio. O sanduíche Big-Mac do Mac Donald's tem todas as características de uma cesta ideal: é exatamente igual em todos os países, utiliza insumos da agropecuária, dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, da indústria e dos serviços; mas é um **não tradeable**, de forma que seu preço **não** é uniforme no mercado mundial. Assim, se comparamos seu preço **em dólar** nos EUA com seu preço em dólar (pelo câmbio oficial) nos demais países, temos uma noção do grau de

(dis)paridade do poder de compra das moedas. E o Mac Câmbio revela o que é óbvio para todos os que viajam ao exterior: **enquanto o real disputa o título da moeda mais valorizada do mundo, o yuan é a mais desvalorizada!** Com as taxas de juros mais altas do mundo, o Brasil é o campeão do ingresso especulativo de capitais. Para os técnicos do Bacen, trata-se de política anti-inflacionária. O que eles não explicam é porque o Brasil só consegue controlar a inflação com juros usurários. Talvez encontremos a resposta identificando quem ganha com a ortodoxia monetária em curso.

Preço do Big-Mac em moeda local e em dolares norte-americanos, nos EUA, no Brasil e na China — 2006

PAÍSES	PREÇO DO BIG-MAC	
	Moeda Local	Dólares Norte-Americanos
Estados Unidos (US\$)	3,73	3,73
Brasil (R\$) .....	8,71	5,10
China (yuan) .....	13,20	1,98

FONTE: The Economist's. Big Mac Index em 22 de julho. Disponível em: <<http://www.oanda.com/currency/big-mac-index>>.

Carlos Águedo Nagel Paiva (FEE/CEES)

## Desigualdade entre municípios cai no período 2000-07

Os municípios gaúchos, quando avaliados pelo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), apresentam-se pouco desiguais. O nível de desigualdade do Idese entre os municípios, medido segundo o Índice de Gini, era de 0,050 em 2007. O Índice de Gini varia de zero a um, sendo que zero indica perfeita distribuição, e um indica desigualdade completa. Apenas como uma ilustração comparativa, o Índice de Gini do IDH dos países foi 0,132 em 2007, índice mais do que duas vezes superior ao registrado entre os municípios gaúchos.

Além de qualificar-se em um patamar baixo, a desigualdade entre os municípios apresentou-se em queda no período 2000-07. Em 2000, o nível de desigualdade entre os municípios era de 0,056, atingindo o nível de 0,050 em 2007.

A diminuição da desigualdade nos índices do Bloco de Renda entre os municípios foi o principal responsável por

essa desconcentração verificada no Idese. O nível de desigualdade entre os municípios, nesse bloco, era de 0,094 em 2000, apresentando tendência de queda ao longo de toda série e atingindo 0,076 em 2007.

Os demais blocos do Idese, Educação, Saúde e Saneamento e Domicílios não apresentaram grandes variações quanto à desigualdade no período analisado.

Os Blocos de Saúde e Educação são os que apresentam os menores índices de desigualdade no período. No ano de 2007, o Índice de Gini do Bloco de Saúde era 0,017, e o do Bloco de Educação, 0,026. No outro extremo, encontra-se o Bloco de Saneamento e Domicílios, figurando como o mais desigual entre os municípios ao longo da série, pois em 2007, seu Índice de Gini era igual a 0,284.

Índice de Gini do Idese e de seus blocos dos municípios do Rio Grande do Sul — 2000-07

ÍNDICES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<b>Idese</b> .....	0,056	0,056	0,055	0,054	0,053	0,053	0,051	0,050
Bloco de Educação .....	0,026	0,025	0,026	0,026	0,026	0,026	0,025	0,025
Bloco de Renda .....	0,094	0,096	0,094	0,093	0,087	0,079	0,076	0,076
Bloco de Saneamento e Domicílios .....	0,279	0,291	0,290	0,288	0,287	0,287	0,286	0,284
Bloco de Saúde .....	0,017	0,018	0,016	0,017	0,018	0,016	0,016	0,016

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas (CIE).

Rafael Bernardini Santos (FEE/CIE)



## Menor patamar histórico do desemprego na RMPA

De acordo com os dados mais recentes da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) está declinando para os menores patamares da série histórica da Pesquisa, iniciada em junho de 1992. Em termos retrospectivos, o mês de maior incidência do desemprego na Região foi out./99, quando a taxa de desemprego alcançou 19,7% da População Economicamente Ativa (PEA). No período 2000-01, ocorreu redução do desemprego na RMPA, enquanto em 2002-03 verificou-se elevação. De 2004 a 2008, coadunando-se à melhora na *performance* macroeconômica do País, o desemprego passou por uma trajetória nítida de redução. Não obstante esse processo ter sido interrompido pela recessão econômica de 2009, a taxa média de desemprego daquele ano (11,1%) ficou praticamente no mesmo nível da verificada em 2008 (11,2%). Isso foi proporcionado pelas ações de combate à crise implementadas pelas autoridades governamentais, assim como pelo fato de a oferta de trabalho, medida pela taxa de participação — que corresponde à proporção da População em Idade Ativa (PIA) que se encontra no mercado de trabalho —, ter registrado queda de 58,7% para 58,1%, arrefecendo a pressão por ela exercida sobre o mercado de trabalho.

Ao longo do ano de 2010, a taxa de desemprego na RMPA vem situando-se, mês a mês, sistematicamente, abaixo daquela de idêntico mês do ano anterior. A par desse aspecto, a partir de julho do corrente ano, a taxa de desemprego declinou para os menores níveis da série histórica da Pesquisa. Assim,

em julho de 2010, ela atingiu 8,9%, valor inferior àquele verificado em fevereiro de 1995, até então a menor incidência do desemprego no mercado de trabalho da Região, que havia sido de 9,1%. Para essa situação, contribuíram dois movimentos: (a) como assinalado acima, a *performance* macroeconômica do período 2004-08, de maiores taxas de crescimento do produto, teve um impacto relevante na capacidade de geração de oportunidades ocupacionais e na redução do patamar do desemprego; e (b) a recuperação econômica verificada ao longo do ano corrente, na qual o PIB do País evidenciou uma expansão de 8,9% no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano anterior, e, no âmbito local, o Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP) da economia gaúcha, em idêntica base comparativa, elevou-se em 10,3%. Esse desempenho macroeconômico refletiu-se na capacidade de absorção de mão de obra pelo mercado de trabalho da RMPA: de acordo com o dado disponível mais recente, o nível ocupacional em set./10 havia crescido 4,0% em relação a set./09, o que representou um incremento líquido de 71 mil postos de trabalho. Como desdobramento desse processo, a taxa de desemprego em set./10 atingiu o novo piso da série histórica da Pesquisa, de 8,5%.

Com base nessas evidências, coloca-se a expectativa de que o mercado de trabalho da RMPA venha a ter, em 2010, a menor taxa média anual de desemprego da série histórica da PED, que até então pertence ao ano de 1995, no qual havia sido de 10,7%.

Taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre — jan./99-set./10



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

**Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/CPED)**

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 03.11.10).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

**Conselho Editorial da Carta:** Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

**Núcleo de Dados:** Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**  
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283

*E-mail:* conjuntura@fee.tche.br  
www.fee.rs.gov.br

**Editoração**

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

**Revisão**

Coordenação: Susana Kerschner. Revisora: Maria Inacia Flôr Reinaldo.

**Editoria**

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.